



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Preencha os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 3.

*Toda crítica envolve uma militância, alertou o teórico francês Christian Metz em A significação do cinema. Toda crítica esconde camadas de subjetividade por baixo do seu manto solene de objetividade. De quando em quando, todo crítico é acometido por algum tipo de cegueira analítica: ora são afetos e relações pessoais que podem flexibilizar o rigor dos textos, ora são idealizações materializadas em artistas que se tornam a mais fiel tradução da própria militância.*

*O fato é que amo a crítica. Trabalhei durante muitos anos no jornalismo cultural e, por quase uma década, chefiar uma equipe de críticos atuando nas mais diferentes manifestações artísticas. Acredito piamente que o processo da arte só se realiza em sua plenitude no olhar erudito do crítico, que vai contextualizar determinada obra na história da humanidade, deslindando preciosidades estéticas, temáticas e filosóficas que, em muitos casos, passam despercebidas até mesmo para os próprios criadores.*

*Acho sinceramente que a crítica é um espaço de resistência fundamental nessa massacrante indústria cultural que tanto nos sufoca. Por mais que admire e respeite quem a exerce, nunca me arrisquei por esse caminho, com exceção de um breve período em minha juventude. Há diferentes tipos de crítico, mas sempre me interessei por aqueles que enveredam pelo ensaísmo. Não gosto, porém, de textos que transbordam de tanto entusiasmo diante de uma "obra-prima" nem dos cruelmente destrutivos, sem um único aceno de generosidade. Vale a advertência de Robert Bresson: "Não há louvação ou crítica demolidora que não parta de um equívoco".*

(Evaldo Mocarzel. **Bravo!**, 187, março de 2013, p. 35, excerto)

1. O texto constitui

- (A) opinião crítica a respeito do importante trabalho exercido por alguns jornalistas na área das manifestações artísticas, especialmente na área relativa ao cinema.
- (B) exposição de ideias de cunho pessoal a respeito da função da crítica, amparadas em nomes reconhecidos, inclusive com emissão de juízos de valor, marcados pelo emprego da 1ª pessoa.
- (C) relato memorialista, marcado pela subjetividade da 1ª pessoa, sobre uma das atividades mais sujeitas a críticas desfavoráveis, como a de produção de filmes.
- (D) reprodução de parâmetros para a análise crítica a partir de opiniões de especialistas citados, com intenção pedagógica de defender a atuação de jornalistas nessa função específica.
- (E) valorização do trabalho desenvolvido no jornalismo pelo crítico de arte, com apoio de citações que justificam as afirmativas indiscutíveis, defendidas em 1ª pessoa.

2. Vale a advertência de Robert Bresson: "Não há louvação ou crítica demolidora que não parta de um equívoco".

Com a transcrição da advertência acima, o autor

- (A) retoma, apoiando-se em manifestação alheia, sua crença de que o processo da arte só se realiza em sua plenitude no olhar erudito do crítico, olhar esse que afasta as possibilidades de engano na avaliação da produção artística.
- (B) se propõe a desvalorizar quaisquer observações críticas a respeito de obras no ramo das manifestações artísticas, porque a crítica esconde camadas de subjetividade por baixo do seu manto solene de objetividade.
- (C) censura as observações críticas que se baseiam nas impressões subjetivas de quem as emite, a partir da constatação de que, evidentemente, toda crítica exprime a mais fiel tradução da própria militância.
- (D) reafirma a importância de seu próprio trabalho de crítico em que sempre considerou seus afetos e relações pessoais, assinalando, no entanto, que a crítica deve procurar envolver-se no manto solene de objetividade.
- (E) explora novamente, na conclusão do texto, o sentido da afirmativa de que ora são afetos e relações pessoais que podem flexibilizar o rigor dos textos, ora são idealizações materializadas em artistas que se tornam a mais fiel tradução da própria militância.

3. O autor acentua a importância do crítico ao

- (A) reconhecer, com a afirmativa de que *passam despercebidas até mesmo para os próprios criadores*, que nem sempre as inovações características de certas obras podem ser adequadamente apontadas e analisadas sob um ponto de vista crítico.
- (B) criar a imagem referente à qualidade dessa atuação – *por baixo do seu manto solene de objetividade* –, que expõe claramente a erudição indispensável a quem se dispõe a analisar a produção artística de diferentes autores, em qualquer época e lugar.
- (C) declarar que chefiou *uma equipe de críticos atuando nas mais diferentes manifestações artísticas*, o que lhe assegura não só a primazia no exercício dessa função, mas também o equilíbrio resultante do conhecimento acumulado durante todo esse tempo.
- (D) empregar o verbo **deslindar** – *deslindando preciosidades estéticas, temáticas e filosóficas* – que poderia ser corretamente substituído por outros verbos, como **pesquisar**, **investigar** ou **esquadrinhar**, sem prejuízo para o sentido original nem alteração da organização da frase.
- (E) apresentar seu testemunho com a frase *Por mais que admire e respeite quem a exerce*, que permaneceria correta, sem qualquer alteração, se o segmento sublinhado fosse substituído por: **que valorize e demonstre consideração**.



**Atenção:** O texto abaixo refere-se às questões de números 4 a 7.

*A sustentabilidade do meio ambiente deve ser a meta buscada por qualquer indivíduo ou grupo que necessite de recursos naturais para sobreviver. E isso é um fato que não admite contestação.*

*Incorporar a premissa de respeito à natureza e do uso sustentável dos recursos naturais deve ser um trabalho constante e doutrinário frente às populações que habitam ou que trabalham nos campos e áreas rurais. Trabalhar para manter a biodiversidade local e evitar a erosão que destrói as áreas cultiváveis, além de ser economicamente viável, representa manter, por muito mais tempo, a terra em condições de gerar riquezas e de prover o sustento das populações que dela dependem.*

*Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais", mas sim como uma excelente oportunidade de gerar toda ou parte da energia necessária para executar as atividades econômicas a que se propõem e também como fonte de fertilizantes baratos e totalmente gratuitos, o que, sem dúvida, representará um salto na lucratividade de qualquer propriedade rural.*

*Garantir a sustentabilidade do meio ambiente é garantir, antes de qualquer coisa, que a fome, a pobreza e a miséria estarão afastadas definitivamente e, com isso, terminará a dura realidade que força as pessoas a praticar a exploração predatória dos recursos disponíveis em determinadas áreas. Pois, só com uma situação de vida regular, os habitantes de uma determinada região poderão tornar-se permeáveis às "novas ideias".*

*Levantar a bandeira da sustentabilidade do meio ambiente e promover nas comunidades rurais o pensamento de que essa é a única forma viável de manter suas atividades econômicas em condições de gerar riquezas por muito mais tempo e de forma continuada são os desafios mais pungentes dos governos e das organizações ambientais dos tempos atuais.*

(Adaptado de: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/consentizacao/desenvolvimento-sustentabilidade-meio-ambiente/>)

4. Para o autor do texto, a questão sustentabilidade deve
- pautar-se pelo uso respeitoso dos recursos naturais, seja na preservação da biodiversidade, seja na reutilização de refugos e excrementos.
  - restringir-se à promoção das comunidades rurais que poderão auferir seu sustento de uma exploração racional dos recursos naturais.
  - evitar o desperdício, mantendo a erosão e aproveitando melhor as áreas cultiváveis, o que determinará o fim da exploração predatória.
  - garantir as oportunidades de as pessoas executarem as atividades de sobrevivência independentemente das condições predatórias.
  - reciclar a biodiversidade para que não sejam destruídas áreas cultiváveis nem as pessoas fiquem impossibilitadas de proverem seu sustento.

5. Leia as frases abaixo.

- Os problemas advindos da exploração indiscriminada dos recursos naturais e das práticas predatórias em determinadas culturas; pode em muito pouco tempo, inviabilizar o uso de terras e a extração desses recursos naturais.
- O aquecimento global e o desequilíbrio que provocam, a aparição de pragas e de catástrofes climáticas passa, com toda certeza pelo desrespeito e por más práticas, em relação ao meio ambiente e aos processos adotados em nossas lavouras e criações.
- O efeito estufa, potencializado pela queima de combustíveis fósseis, tem colaborado com o aumento da temperatura no globo terrestre nas últimas décadas. Pesquisas recentes indicaram que o século XX foi o mais quente dos últimos 500 anos.

Tanto a concordância quanto a pontuação estão corretas APENAS em

- II.
- III.
- I e III.
- I e II.
- II e III.

6. *Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais", **mas sim** como uma excelente oportunidade de gerar toda ou parte da energia necessária **para** executar as atividades econômicas (...)*

Os termos em negrito podem ser substituídos, sem prejuízo do sentido e da correção, respectivamente, por:

- e – porém – a fim de
- mas – todavia – a fim de
- mas – porém – afim de
- e – entretanto – afim de
- porém – entretanto – a fim de

7. *Reciclar os dejetos oriundos das criações animais e dos refugos das plantações deve ser encarado não como custo ou gasto "a mais"; **mas sim como** uma excelente oportunidade (...)*

O termo **como** do texto acima tem o mesmo valor que em:

- Como garantir a sustentabilidade se não for possível afastarmos definitivamente a fome, a pobreza e a miséria?
- É preciso reciclar os dejetos oriundos das criações animais como nos foi ensinado nas palestras sobre sustentabilidade.
- Como a maioria dos biólogos, os ecologistas acreditam serem necessárias medidas urgentes para que se contenham os males do efeito estufa.
- O fato é que as autoridades não sabiam como poderiam resolver os problemas da exploração predatória das fontes de energia.
- Como tem sido criada uma consciência ecológica nos últimos anos, talvez seja possível reverter os efeitos do mau uso da energia.



8. Garantir aos nossos filhos a **sustentabilidade do meio ambiente** é a maior herança que poderíamos deixar **aos nossos filhos**; assim como livrar **os nossos filhos** da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem **algumas populações**.

Substituem-se corretamente os termos em negrito por pronomes em:

- (A) Garanti-las aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhe deixar; assim como livrar-los da dura realidade da fome e da miséria que ainda lhes afligem.
- (B) Garantir-lhes aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos deixar-lhes; assim como livrar-lhes da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem-nas.
- (C) Garanti-la aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos deixar-lhes; assim como livrá-los da dura realidade da fome e da miséria que ainda as afligem.
- (D) Garantir-lhes aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhes deixar; assim como lhes livrar da dura realidade da fome e da miséria que ainda as afligem.
- (E) Garanti-la aos nossos filhos é a maior herança que poderíamos lhe deixar; assim como os livrar da dura realidade da fome e da miséria que ainda afligem-lhes.

9. De acordo com as regras de concordância, a frase correta é:

- (A) Ainda existem pessoas menos esclarecidas que tem na exploração predatória dos recursos naturais sua renda.
- (B) Naquela tarde, haviam muitos estudantes mais exaltados se manifestando por medidas que garantiam a sustentabilidade.
- (C) Em outras épocas, não existia preocupações com a preservação das florestas, dos rios e, mesmo, da energia.
- (D) Na situação atual, é impossível não haverem pessoas que se preocupem com agricultura e economia sustentável.
- (E) Na ocasião, já fazia meses que os ambientalistas discutiam medidas para a contenção dos desmatamentos.

10. Não tenho dúvida ..... os ambientalistas estejam ..... procura de soluções sustentáveis ..... agricultura e ..... pecuária, mas é preciso reconhecer ..... não é fácil encontrá-las. Parece que não há muito a fazer, as armas ..... os ambientalistas combatem os desmandos não têm surtido os efeitos desejados.

As lacunas são preenchidas respectiva e corretamente por:

- (A) de que – à – para a – a – que – com que
- (B) que – a – na – na – de que – que
- (C) em que – à – para a – a – de que – que
- (D) de que – a – na – na – que – que
- (E) que – a – para a – na – de que – com que

### Regimento Interno do TRT da 15ª Região

11. Um procedimento correicional pode ser instaurado pelo TRT da 15ª Região *ex officio*, a requerimento das partes e de qualquer interessado ou por determinação do Tribunal. É aspecto atinente a esse procedimento

- (A) impossibilidade de realização de correição parcial.
- (B) possibilidade do pedido de instauração ser verbal.
- (C) obrigatoriedade da suspensão do ato motivador do pedido.
- (D) possibilidade de interposição de agravo regimental pelo corrigente se não conformado com a decisão do Corregedor.
- (E) obrigatoriedade do cumprimento da decisão do Corregedor pelo Juiz de 1º Grau, sob pena de solidariedade.

12. As Seções Especializadas do TRT da 15ª Região serão compostas pelos Desembargadores do Trabalho. A SDC – Seção de Dissídios Coletivos é constituída pelo Presidente do Tribunal e pelo Vice-Presidente Judicial, a 1ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Corregedor-Geral, a 2ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Corregedor Regional, a 3ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Presidente Administrativo, além de, respectivamente,

- (A) 13, 12, 12 e 13 Desembargadores.
- (B) 13, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (C) 12, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (D) 13, 13, 13 e 13 Desembargadores.
- (E) 12, 13, 13 e 13 Desembargadores.

13. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 15ª Região, é regra atinente à eleição aos cargos de direção do Tribunal

- (A) a possibilidade dos 10 Desembargadores mais antigos e elegíveis concorrerem a cada cargo.
- (B) a ocorrência das eleições na seguinte ordem, se realizadas na mesma data: Presidente, Vice-Presidente Judicial, Vice-Presidente Administrativo, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional.
- (C) mandatos de 2 anos.
- (D) possibilidade de uma reeleição.
- (E) escrutínio aberto.

**Matemática**

14. Em um Tribunal havia um percentual de 30% de funcionários fumantes. Após intensa campanha de conscientização sobre os riscos do tabagismo, 6 em cada 9 fumantes pararam de fumar. Considerando que os funcionários que anteriormente eram não fumantes permaneceram com essa mesma postura, a nova porcentagem de funcionários fumantes desse Tribunal passou a ser de
- (A) 8%.  
(B) 12%.  
(C) 10%.  
(D) 16%.  
(E) 14%.
15. Certo número de cestas básicas foram compradas para distribuir para alguns funcionários de uma empresa, sendo que cada funcionário que recebe a cesta receberá uma única cesta. Se as cestas fossem distribuídas para todos os funcionários do setor A, sobrariam 12 cestas. Se elas fossem distribuídas para todos os funcionários do setor B, faltariam 8 cestas. Se fossem distribuídas para todos os funcionários do setor C, não faltariam nem sobrariam cestas básicas. Nas circunstâncias descritas, o total de funcionários dos setores A, B e C dessa empresa, juntos, é igual ao
- (A) triplo do número de cestas básicas compradas, menos 4.  
(B) triplo do número de cestas básicas compradas, mais 4.  
(C) número de cestas básicas compradas, menos 4.  
(D) número de cestas básicas compradas, mais 4.  
(E) dobro do número de cestas básicas compradas, mais 20.
16. Renato dividiu dois números inteiros positivos em sua calculadora e obteve como resultado a dízima periódica 0,454545... . Se a divisão tivesse sido feita na outra ordem, ou seja, o maior dos dois números dividido pelo menor deles, o resultado obtido por Renato na calculadora teria sido
- (A) 0,22.  
(B) 0,222...  
(C) 2,22.  
(D) 2,222...  
(E) 2,2.
17. Rafael possui uma coleção de 48 CDs e 31 DVDs, parte dos quais ele destinará para doação. Da coleção ele ficará com 20 CDs e 10 DVDs, destinando o resto para doação. A doação será feita em caixas contendo sempre ao menos 1 CD e 1 DVD, não sendo necessário que o número de CDs de uma caixa seja igual ao de DVDs que ela contenha. Além disso, todas as caixas para doação devem conter, entre si, o mesmo número de CDs e de DVDs. Nas condições descritas, o maior número possível de caixas para doação será igual a
- (A) 9.  
(B) 7.  
(C) 3  
(D) 6.  
(E) 11.

**Noções de Administração Geral/Pública**

18. Segundo os idealizadores do *Balanced Scorecard* – BSC, Norton e Kaplan, as empresas têm utilizado essa metodologia para “alinhar os objetivos individuais e da unidade com a estratégia adotada pela empresa; vincular os objetivos estratégicos com as metas de longo prazo e com os orçamentos anuais; e revisar periodicamente a estratégia, focando o aprendizado e a melhoria desta”. O BSC prioriza o equilíbrio organizacional a partir de quatro perspectivas, entre as quais NÃO se insere a perspectiva
- (A) dos clientes: analisa como a organização é vista pelo cliente e como ela pode atendê-lo da melhor maneira possível.  
(B) dos processos internos: refere-se aos processos de negócios em que a organização precisa ter excelência.  
(C) do aprendizado e crescimento: analisa a capacidade da organização para melhorar continuamente e se preparar para obter sucesso no futuro.  
(D) financeira: as medidas financeiras demonstram as consequências econômicas das ações consumadas.  
(E) da mudança: corresponde ao mapa estratégico do BSC, decorrente do *feedback* institucional recebido.
19. Considere as afirmações abaixo a respeito do planejamento estratégico:
- I. Compreende a definição de missão (razão de ser), da visão (ideal desejado) e dos valores da organização.  
II. Trabalha com três tipos de cenários (projeções de ambientes futuros): otimista, intermediário e pessimista.  
III. Compreende, além da análise interna, a análise externa que identifica as características positivas e as deficiências da organização a partir de um *benchmarking*.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I e II.  
(B) II e III.  
(C) I e III.  
(D) I.  
(E) III.
20. Denominam-se estruturas funcionais ou organizações funcionais as estruturas de organização departamentalizadas pelo critério funcional no primeiro nível. As funções principais, no primeiro nível, são:
- (A) recursos humanos; finanças; produção e vendas.  
(B) planejamento; direção; comunicação e implementação.  
(C) gerenciamento de pessoal; administração de projetos; produção e comercialização.  
(D) produção; comercialização; finanças; e administração.  
(E) planejamento; execução; controle e avaliação.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

21. Considere o teor da Súmula Vinculante nº 22: “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04”.

I. Desde sua publicação na imprensa oficial, a súmula em questão, editada pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

II. A Súmula Vinculante nº 22 tem por objeto a interpretação de norma que fixou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

III. Poderá ser objeto de reclamação para o Tribunal Superior do Trabalho eventual decisão judicial que considerar competente órgão não integrante da Justiça do Trabalho para o processamento de ações de indenização, por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, propostas por empregado contra empregador.

À luz da disciplina constitucional da matéria, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

22. Diante da inércia do Poder Legislativo e em resposta às reivindicações por uma reforma eleitoral que privilegie a probidade administrativa e combata a influência do poder econômico no processo eleitoral, o Presidente da República edita medida provisória para estabelecer, com essa finalidade, casos de inelegibilidade para além dos previstos na Constituição da República. Nesta hipótese, a medida provisória é

- (A) compatível com a Constituição, uma vez que os presentes motivos de urgência e relevância para sua edição.
- (B) incompatível com a Constituição da República apenas no que se refere aos casos de inelegibilidade com vistas à defesa da probidade administrativa, que não figura entre as causas de estabelecimento de hipóteses de inelegibilidade em nível infraconstitucional.
- (C) incompatível com a Constituição da República, que apenas admite o estabelecimento de outras hipóteses de inelegibilidade a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração direta ou indireta.
- (D) compatível com a Constituição da República, devendo, contudo, ser submetida à apreciação do Congresso Nacional para sua conversão em lei no prazo de sessenta dias, sob pena de perda de eficácia retroativa à data de sua edição.
- (E) incompatível com a Constituição da República, por versar sobre matéria vedada à edição de medida provisória pelo Presidente da República.

23. Seria hipótese de decretação de intervenção federal, a partir do provimento de representação do Procurador-Geral da República pelo Supremo Tribunal Federal,

- (A) a necessidade de garantir o livre funcionamento do Poder Judiciário no Distrito Federal.
- (B) o descumprimento de decisão prolatada por órgão regional da Justiça eleitoral.
- (C) a invasão de uma unidade da Federação em outra.
- (D) o desrespeito, por um Estado da Federação, à autonomia de Município situado em seu território.
- (E) o grave comprometimento da ordem pública.

24. A Lei nº 11.343/2006, em seu artigo 33, § 2º, tipifica como crime “induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga”, ao qual comina penas de detenção e multa. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto referido dispositivo legal, julgou-a procedente para “dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então viciado, das suas faculdades psicofísicas” (ADI 4.274, Rel. Min. Ayres Britto, julgada em 23.11.2011). Nesta hipótese,

I. O STF deu ao dispositivo legal interpretação conforme à Constituição, preservando a integridade do texto, que não sofreu redução, embora tenha restringido seu alcance normativo.

II. A decisão do STF tem fundamento na garantia constitucional da liberdade de reunião, segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

III. A decisão do STF produz eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

À luz da disciplina constitucional da matéria, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**Direito Administrativo**

25. É compatível com a disciplina legal dos consórcios públicos que os entes públicos que deles participem

- (A) prescindam de concurso público para a contratação de seus servidores públicos.
- (B) prescindam da realização de licitação para a contratação de obras e serviços públicos.
- (C) transfiram ao referido consórcio competências constitucionais que lhes tenham sido atribuídas, possibilitando a ampliação do espectro de atribuições desse ente.
- (D) transfiram ao referido consórcio público quadro de servidores de sua titularidade, possibilitando a atuação do ente sem a necessidade de realização de concurso público.
- (E) promovam a delegação de competências constitucionais entre si, possibilitando a ampliação da esfera de atribuições de cada ente político.



26. A propósito da prestação dos serviços públicos, ocorre mencionar algumas características, sejam necessárias ou eventuais, tais como
- (A) indelegabilidade da titularidade e da execução; essencialidade; e acessoriedade.
  - (B) indelegabilidade da execução quando essenciais, e acessoriedade.
  - (C) relevância; prestação de uma utilidade ou comodidade aos administrados; indelegabilidade da execução.
  - (D) continuidade; indelegabilidade da titularidade; e acessoriedade.
  - (E) indelegabilidade da titularidade; continuidade; e relevância.

27. Determinado órgão da Administração pública firmou contrato de locação de um imóvel para instalação de varas do trabalho de comarca do interior pelo prazo de 5 (cinco) anos. Próximo do fim da vigência, pretendem, locador e locatário, a prorrogação do contrato, o que:
- (A) não pode ser realizado sem nova realização de procedimento de licitação, tendo em vista que esse procedimento é inafastável para a Administração pública.
  - (B) pode ser realizada, excepcionalmente, por até 12 meses, desde que não haja tempo hábil para a realização de nova licitação.
  - (C) somente pode ser realizada no caso de contratação emergencial.
  - (D) pode ser realizada, caso haja previsão no contrato originalmente celebrado, tendo em vista que as limitações de vigências previstas na Lei nº 8.666/93 não se aplicam aos contratos de locação.
  - (E) não pode ser realizado, tendo em vista que o contrato foi firmado pelo prazo máximo legalmente previsto, sendo aconselhável a celebração de novo contrato, por prazo indeterminado.

28. Ronaldo é servidor público federal, incumbido de atendimento ao público numa repartição federal, juntamente com outro servidor, Gilson. Ocorre que Gilson demora demasiadamente nos atendimentos, obrigando Ronaldo a suprir o restante da demanda. Cansado do comportamento de seu colega, Ronaldo passou a se recusar a atender mais pessoas que seu colega, aguardando sentado enquanto Gilson finalizava cada atendimento. Isso passou a grande acúmulo de pessoas no balcão sem atendimento, situação que acabou chegando ao conhecimento dos superiores dos servidores, ensejando a instauração de procedimento administrativo disciplinar. Com base no disposto na Lei nº 8.112/90, a conduta de Ronaldo
- (A) está justificada pelo comportamento recíproco dos servidores, cabendo prévia punição ao servidor Gilson, por ofensa à isonomia.
  - (B) viola um dos deveres atribuídos aos servidores, que prescreve o atendimento com presteza ao público, passível de responsabilização, observada ampla defesa.
  - (C) consubstancia-se em uma das proibições impostas aos servidores em geral, cabendo a imposição de pena de demissão aos dois servidores mencionados.
  - (D) configura infração aos deveres e proibições impostos aos servidores, impondo-se responsabilização ao servidor Ronaldo, prescindindo-se da observância de prévia ampla defesa em razão do grande número de testemunhas.
  - (E) justifica-se caso fique comprovado dolo por parte de Gilson, o que será objeto de apuração em processo administrativo disciplinar paralelo.

29. Determinado ente integrante da Administração indireta federal teve sua criação autorizada por lei, presta serviço público regularmente, embora não tenha participado de licitação para outorga de concessão, sujeita-se ao regime jurídico de direito privado, embora com derrogações do regime jurídico de direito público. A descrição proposta é compatível com uma
- (A) autarquia.
  - (B) fundação.
  - (C) empresa pública reguladora.
  - (D) sociedade de economia mista.
  - (E) agência executiva.

#### Direito do Trabalho

30. Milena, Miranda e Gustavo são irmãos e empregados de empresas distintas. Além do salário mensal, Milena recebe gratificação por tempo de serviço paga mensalmente; Miranda recebe gratificação por produtividade pagas mensalmente e Gustavo recebe gorjetas mensalmente cobradas pelo empregador na nota de serviços. Nestes casos, de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) as gratificações recebidas por Milena e Miranda e as gorjetas recebidas por Gustavo não repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
  - (B) as gratificações recebidas por Milena e Miranda e as gorjetas recebidas por Gustavo repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
  - (C) apenas a gratificação recebida por Milena repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.
  - (D) apenas as gorjetas recebidas por Gustavo não repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
  - (E) apenas a gratificação recebida por Miranda repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.
31. Alice, Fabiana e Vera são empregadas da empresa "XXZ Ltda.". As três empregadas recebem, além do salário mensal, assistência médica oferecida pela empresa através de seguro-saúde. Alice está afastada de seu emprego e recebendo auxílio-doença há quatro meses; Fabiana também está afastada de seu emprego e recebendo auxílio-doença há dez meses e Vera está aposentada por invalidez. Neste caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, no tocante a assistência médica fornecida através do seguro-saúde, a empresa
- (A) não poderá deixar de fornecer para as três empregadas.
  - (B) poderá deixar de fornecer para as três empregadas.
  - (C) poderá deixar de fornecer somente para Vera.
  - (D) poderá deixar de fornecer somente para Alice e Fabiana.
  - (E) poderá deixar de fornecer somente para Fabiana e Vera.



32. Leonardo é empregado rural da fazenda "Aves raras Ltda.", tendo sido contratado em abril de 2008. No ano de 2009, Leonardo começou a usufruir de apenas trinta minutos de intervalo intrajornada. Neste caso, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o intervalo intrajornada
- (A) não está sendo concedido de acordo com a competente legislação, implicando o pagamento apenas do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, com prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
- (B) não está sendo concedido de acordo com a competente legislação, implicando o pagamento apenas do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
- (C) só estará sendo concedido de forma regular se houver norma coletiva autorizando a redução do respectivo intervalo.
- (D) está sendo concedido de forma regular, uma vez que se trata de empregado rural e não urbano.
- (E) não está sendo concedido de acordo com a competente legislação, implicando no pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
33. João é empregado da empresa "SSS Ltda.", sujeito ao regime geral de trabalho, exercendo a função de auxiliar de montagem, mediante salário mensal de R\$ 900,00 e jornada de trabalho de 40 horas semanais. De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o valor do salário-hora de João é
- (A) R\$ 5,62.
- (B) R\$ 4,50.
- (C) R\$ 5,11.
- (D) R\$ 4,00.
- (E) R\$ 5,65.
34. Luciana, empregada da empresa "DRF Ltda." retornou do período de licença-maternidade em razão de ter dado à luz a sua primeira filha, Valentina. Luciana ainda está amamentando Valentina e com seu retorno ao trabalho está preocupada com a referida amamentação. Conversando com sua vizinha e amiga, Felícia, advogada, a mesma, informou Luciana, que a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) resguarda a amamentação até Valentina completar 6 meses de idade, período em que Luciana terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.
- (B) resguarda a amamentação até Valentina completar 8 meses de idade, período em que Luciana terá direito, durante a jornada de trabalho, a 3 (três) descansos especiais, de quinze minutos cada um.
- (C) não resguarda a amamentação, devendo Luciana amamentar sua filha no período de intervalo intrajornada regular.
- (D) resguarda a amamentação até Valentina completar 8 meses de idade, devendo Luciana amamentar sua filha no período de intervalo intrajornada regular, que de acordo com o referido diploma legal, poderá ser estendido em até vinte minutos diários.
- (E) resguarda a amamentação até Valentina completar 6 meses de idade, podendo Luciana atrasar o início da sua jornada de trabalho bem como o período de intervalo intrajornada em até trinta minutos diários.
35. No tocante à Greve, considere:
- I. Em regra, a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de cinco dias da paralisação.
- II. São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
- III. A greve nos serviços funerários, em regra, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.
- IV. É vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.
36. Flávia, empregada da empresa "KKK Ltda." foi eleita diretora, com poderes de direção plenos, ou seja, não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego. Em razão da eleição, Flávia se dirigiu ao setor que trabalhava para contar a notícia aos seus colegas de trabalho, mas não conseguiu contar a notícia para sua secretária Larissa que está de férias e para a cozeira Luísa, que não compareceu ao serviço porque se casou ontem. No tocante a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, nas hipóteses descritas
- (A) os contratos de trabalho de Flávia, Larissa e Luísa foram suspensos.
- (B) o contrato de trabalho de Flávia foi interrompido e os contratos de Larissa e Luísa estão suspensos.
- (C) o contrato de trabalho de Flávia está suspenso e os contratos de Larissa e Luísa foram interrompidos.
- (D) os contratos de trabalho de Flávia, Larissa e Luísa foram interrompidos.
- (E) os contratos de trabalho de Flávia e Luísa foram interrompidos e contrato de Larissa foi suspenso.
37. Maria Marta é empregada do hotel fazenda "Vale das Águas Claras", hotel este localizado em área urbana. Maria Marta exerce a função de cozinheira e, sendo assim, todo dia se desloca a pé da portaria do hotel até a cozinha que fica no final do terreno. Neste trajeto, Maria Marta demora diariamente cerca de quinze minutos. Neste caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o tempo necessário ao deslocamento de Maria Marta entre a portaria do hotel e o local de trabalho
- (A) só será considerado tempo à disposição do empregador se ultrapassar trinta minutos.
- (B) não se considera à disposição do empregador, em nenhuma hipótese.
- (C) só será considerado tempo à disposição do empregador se ultrapassar vinte minutos.
- (D) considera-se à disposição do empregador uma vez que ultrapassou dez minutos.
- (E) considera-se à disposição do empregador em qualquer hipótese.



### Direito Processual do Trabalho

38. Hortência ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "DTG Ltda.", dando causa o valor de R\$ 15.000,00. A empresa foi condenada em R\$ 14.000,00 e interpôs recurso ordinário. O referido recurso foi julgado improcedente e a empresa reclamada pretende interpor recurso de revista uma vez que a referida decisão teria contrariado Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. Neste caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o referido recurso de revista

- (A) não será admitido porque nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo somente é permitida a interposição de recurso de revista quando houver violação direta a Constituição Federal.
- (B) será admitido porque as orientações jurisprudenciais equiparam-se às Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral, tratando-se de jurisprudência consolidada.
- (C) não será admitido ante a ausência de previsão legal.
- (D) não será admitido porque nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo somente é permitida a interposição de recurso de revista quando houver violação direta a Constituição Federal ou de dispositivo de legislação federal vigente.
- (E) não será admitido porque nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo somente é permitida a interposição de recurso de revista quando houver violação direta à Constituição Federal ou de dispositivo de legislação federal, estadual ou municipal vigente.

39. Soraya contratou o escritório de advocacia "XXX" para ajuizar reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora. Soraya assinou uma única procuração para o patrono do escritório, Davi Silva, e para mais cinco advogados. Na petição inicial feita pelo advogado Fábio, advogado este constante na referida procuração, o mesmo faz pedido expresso para que todas as intimações e publicações sejam feitas em nome do advogado Davi Silva. Neste caso, de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, em regra,

- (A) a comunicação de outro profissional constituído nos autos que não o Davi Silva é nula.
- (B) a comunicação em nome de qualquer advogado que figure na procuração é válida.
- (C) apenas é válida a comunicação em nome do advogado Fábio porque o mesmo assinou a petição inicial, não sendo lícito requerer que a publicação seja feita em nome de outro patrono, ainda que este figure na procuração.
- (D) é válida a comunicação feita em nome de Davi Silva, patrono do escritório, bem como em nome de Fábio, independentemente do pedido expresso da inicial.
- (E) Fábio deveria ter preenchido formulário administrativo próprio requerendo que a intimação fosse feita em nome de advogado diverso do que assina a petição inicial, não possuindo validade legal, o pedido constante na exordial.

40. Considere as seguintes assertivas a respeito do Processo Eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419/06:

- I. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da respectiva lei.
- II. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegitimidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
- III. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo obrigatória a formação de autos suplementares.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

41. De acordo com a Resolução nº 94 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a exclusão de peças e documentos no sistema é atribuição típica dos magistrados de primeiro e segundo graus, sendo

- (A) permitida apenas atribuição de funcionalidade semelhante a servidores quando não envolver exceções de incompetência ou suspeição.
- (B) permitida a sua delegação ou atribuição de funcionalidade semelhante a servidores.
- (C) permitida apenas a atribuição de funcionalidade semelhante a servidores quando não envolver exclusão de documentos de defesa, procurações ou peças recursais.
- (D) permitida a sua delegação ou atribuição de funcionalidade semelhante apenas a analista judiciários – área judiciária.
- (E) vedada a sua delegação ou atribuição de funcionalidade semelhante a servidores.

42. Ricardo, ex-empregado das empresas "AAA Ltda." e "BBB Ltda.", é estudante de direito, cursando o quinto ano da Faculdade "X". Ricardo ajuizou sozinho, sem constituir advogado, reclamação trabalhista em causa própria em face das duas empresas, reclamações estas que foram distribuídas para a X e Y Vara Trabalhista de Campinas. A reclamação trabalhista em face da empresa "AAA Ltda." foi julgada improcedente e já transitou em julgado pretendendo, Ricardo, ajuizar Ação Rescisória. A reclamação trabalhista em face da empresa "BBB Ltda." também foi julgada improcedente e Ricardo encontra-se no prazo para interposição de Recurso Ordinário. Nestes casos, no tocante ao *jus postulandi*, Ricardo, sem a contratação de advogado,

- (A) poderá interpor Recurso Ordinário e ajuizar ação Rescisória, independentemente de autorização expressa da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) poderá interpor Recurso Ordinário, mas não poderá ajuizar Ação Rescisória.
- (C) não poderá interpor Recurso Ordinário e nem ajuizar Ação Rescisória.
- (D) poderá ajuizar Ação Rescisória, mas não poderá interpor Recurso Ordinário.
- (E) poderá interpor Recurso Ordinário e ajuizar ação Rescisória, mediante autorização expressa da Ordem dos Advogados do Brasil.



43. Considere as seguintes assertivas a respeito do Mandado de Segurança:

- I. No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança.
- II. A antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- III. O mandado de segurança é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.
- IV. Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

44. Matias, advogado da empresa "DAD Ltda.", regularmente intimado da data do julgamento do Recurso Ordinário que havia interposto na reclamação trabalhista "A", demanda esta que obedece o rito sumaríssimo, compareceu na referida sessão tomando ciência do resultado do julgamento. No nono dia contado da data do julgamento, antes da publicação do acórdão impugnado, Matias interpôs Recurso de Revista. Neste caso, o referido recurso

- (A) é tempestivo, porque Matias tomou conhecimento do resultado e dos termos do acórdão quando compareceu na sessão de julgamento, bem como interpôs o referido recurso no nono dia contado da data do julgamento.
- (B) é extemporâneo, uma vez que o acórdão ainda não tinha sido publicado.
- (C) é extemporâneo, porque apesar de Matias ter tomado conhecimento do resultado e dos termos do acórdão quando compareceu na sessão de julgamento, só interpôs o referido recurso no nono dia contado da data do julgamento.
- (D) é tempestivo uma vez que o prazo para interposição de Recurso de Revista é de 8 dias.
- (E) somente será tempestivo se constar o nome de Matias na certidão de julgamento do acórdão constatando o seu comparecimento na referida sessão.

45. Marcia ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "WWW Ltda.", reclamação esta distribuída para uma das Varas do Trabalho de Campinas, uma vez que sempre exerceu suas atividades na filial da empresa nesta cidade. A reclamada opôs exceção de incompetência em razão do lugar alegando que a sede da empresa é na cidade de São Paulo/capital. O magistrado da Vara de Campinas acolheu a exceção e determinou a remessa dos autos para distribuição a uma das Varas Trabalhistas de São Paulo. Neste caso, o magistrado

- (A) errou em sua decisão, mas na Justiça do trabalho vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, devendo Márcia interpor Mandado de Segurança no prazo de 120 dias.
- (B) errou em sua decisão e Márcia deverá interpor recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho da segunda Região.
- (C) acertou em sua decisão, porque a competência em razão do lugar é determinada pelo local onde encontra-se a sede da empresa.
- (D) errou em sua decisão e Márcia deverá interpor recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho da décima quinta Região.
- (E) errou em sua decisão, mas na Justiça do trabalho vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, devendo Márcia interpor Mandado de Segurança no prazo de 90 dias.

#### Direito Civil

46. Marcelo trabalhou por mais de 29 anos sob a égide de lei que previa direito a se aposentar aos 30 anos de trabalho. Durante estes mais de 29 anos, cumpriu os requisitos à aposentação. Contudo, antes de atingir os 30 anos de trabalho, sobreveio lei majorando para 32 anos o tempo necessário à aposentação. Referida lei não previu regras de transição para os trabalhadores que estivessem trabalhando sob o regime jurídico anterior. Diante deste quadro, Marcelo ajuizou ação no âmbito da qual requereu a aposentação aos 30 anos trabalhados. Esta ação deverá ser julgada

- (A) procedente, porque, passados 29 dos 30 anos necessários à aposentação, Marcelo passou a ter direito adquirido ao regime jurídico anterior.
- (B) improcedente, porque, quando do advento da nova lei, Marcelo possuía mera expectativa de direito.
- (C) procedente, porque, apesar do advento da lei nova, Marcelo possuía direito adquirido ao tempo que, de acordo com a lei revogada, faltava para sua aposentação.
- (D) improcedente, porque não existe proteção ao direito adquirido em matéria de ordem pública.
- (E) procedente, porque a lei nova não previu regras transitórias explícitas.



47. Joaquim é sócio majoritário e administrador de empresa produtora de alimentos enlatados e embutidos. Durante muitos anos, a empresa experimentou sucesso empresarial. No entanto, depois que o Ministério da Saúde passou a desestimular a ingestão deste tipo de alimento, a empresa deixou de honrar compromissos com fornecedores, que ajuizaram e venceram ações de cobrança. Contudo, quando do cumprimento das sentenças, verificou-se que a empresa não possuía bens penhoráveis. Neste caso, de acordo com o Código Civil, a personalidade jurídica deverá ser desconstituída
- (A) a requerimento da parte, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
  - (B) necessária e automaticamente, pois é dever do juiz zelar pela efetividade das decisões judiciais.
  - (C) apenas em relação a Joaquim, independentemente de quaisquer requisitos, por ostentar a qualidade de sócio majoritário e administrador da empresa.
  - (D) a requerimento da parte ou de ofício, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento das obrigações.
  - (E) a requerimento da parte, se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela inexistência de bens penhoráveis à época do cumprimento da sentença.
- 
48. Ernesto envolveu-se em uma briga de bar na qual desferiu socos e pontapés em todos a seu redor, incluindo José, dono do bar, que estava longe dos contendores e nada tinha que ver com a briga. Machucado, José ajuizou ação de indenização contra Ernesto, o qual se defendeu alegando legítima defesa. O pedido deverá ser julgado
- (A) procedente, com a responsabilização subjetiva de Ernesto, que agiu em abuso do direito.
  - (B) improcedente, pois a legítima defesa autoriza a prática dos atos indispensáveis à remoção do perigo.
  - (C) procedente, com a responsabilização objetiva de Ernesto, que agiu com dolo.
  - (D) improcedente, pois José exerce atividade de risco.
  - (E) procedente, com a responsabilização subjetiva de Ernesto, que agiu com dolo.
- 
49. Cauã, então com 9 anos, foi obrigado por Romualdo, durante três anos, a trabalhar em regime análogo à escravidão. Neste período, foi submetido a trabalhos forçados, que lhe causaram danos morais. Seis anos depois, ajuizou ação compensatória contra Romualdo. Este, por sua vez, alegou prescrição. A alegação de Romualdo
- (A) não procede, pois o caso espelha hipótese de decadência, não de prescrição.
  - (B) procede, pois se passaram mais de três anos do fato que originou a pretensão.
  - (C) procede, pois se passaram mais de cinco anos do fato que originou a pretensão.
  - (D) não procede, pois o prazo de prescrição para pretensão de reparação civil não se consumou.
  - (E) não procede, pois fatos graves são imprescritíveis.
- 
50. Analise as proposições abaixo, a respeito do contrato de empreitada.
- I. Na empreitada, presume-se a obrigação de fornecer os materiais.
  - II. O contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo, bem como de fiscalizar-lhe a execução.
  - III. Sendo a empreitada unicamente de labor, se a coisa perecer antes de entregue, sem mora do dono nem culpa do empreiteiro, este perderá a retribuição, se não provar que a perda resultou de defeito dos materiais e que em tempo reclamara contra a sua quantidade ou qualidade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II, apenas.
- 

#### Direito Processual Civil

51. Em ação promovida por José, João é condenado a indenizá-lo pelas consequências decorrentes de lesão corporal dolosa, incluindo danos materiais emergentes, arbitrados em quantia certa, e despesas com tratamentos médicos futuros, até total recuperação de José. Ao executar a sentença, transitada em julgado, José
- (A) deverá, primeiro, promover a liquidação por arbitramento da parte ilíquida, para depois executar a decisão.
  - (B) deverá, primeiro, promover a liquidação por artigos da parte ilíquida, para depois executar a decisão.
  - (C) poderá promover, simultaneamente, a execução da parte líquida e a liquidação por artigos da parte ilíquida da decisão.
  - (D) poderá promover, nos mesmos autos, a execução da parte líquida e a liquidação por arbitramento da parte ilíquida da decisão.
  - (E) poderá promover apenas a execução da parte líquida, pois é vedado ao juiz proferir decisão sem determinação prévia do *quantum debeatur*.
-



52. Jair, domiciliado em Campinas, ajuizou ação divisória contra Sebastião, domiciliado em Jundiá, postulando a partilha de bem imóvel situado em Itapira, que foi alienado, em parte, de Sebastião para Jair, os quais passaram a ser condôminos. Na petição inicial, anexou matrícula atualizada e o contrato celebrado entre as partes, no qual se pactuou cláusula de eleição do foro de Vinhedo. A ação foi proposta em Vinhedo e Sebastião apresentou exceção de incompetência postulando a remessa dos autos a Jundiá. Está com a razão
- (A) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, em regra é competente o foro da situação do bem, podendo o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, mas não na situação descrita.
  - (B) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, é competente o foro do domicílio do autor.
  - (C) Sebastião, tendo em vista a regra geral de que as ações devem ser propostas no foro do domicílio do réu.
  - (D) Jair, pois, embora as ações fundadas em direito real sobre imóvel devam ser propostas no foro da situação do bem, como regra, pode o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, o que se dá na situação descrita.
  - (E) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, é sempre competente o foro da situação do bem, sendo nula, nesta hipótese, a cláusula de eleição de foro.

53. Analise as proposições abaixo, levando em conta o disposto no Código de Processo Civil.

- I. Na hipótese de litisconsórcio necessário, a eficácia da sentença depende da citação de todos os litisconsortes, mas dispensa-se a intimação de cada um deles acerca dos respectivos atos.
- II. O assistente pode obstar que a parte principal reconheça a procedência do pedido, embora não possa recorrer da sentença.
- III. Ocorrendo denunciação da lide, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu e o denunciado a satisfazer solidariamente a pretensão do autor.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

54. João celebrou contrato de compra e venda, assinado por duas testemunhas, por meio do qual comprometeu-se a entregar a Marco Aurélio, em data certa e determinada, obra de arte elaborada por pintor renomado. Na data combinada, João deixou de cumprir o contrato, levando Marco Aurélio a executar o contrato. Citado

- (A) João poderá apresentar embargos à execução, que obstarão a expedição de mandado de imissão na posse caso tenham sido recebidos no efeito suspensivo.
- (B) João poderá depositar o bem, ao invés de entregá-lo, cabendo a Marco Aurélio levantá-lo imediatamente, independentemente do julgamento de embargos ou do efeito em que hajam sido recebidos.
- (C) João poderá apresentar embargos à execução, que obstarão a expedição de mandado de busca e apreensão do bem, independentemente do efeito em que houverem sido recebidos.
- (D) se João alienar a coisa a terceiro posteriormente à citação, este o substituirá no polo passivo da execução.
- (E) se João não entregar o bem nem opuser embargos, poderá ficar sujeito ao pagamento de multa por dia de atraso, sem prejuízo da expedição de mandado de busca e apreensão.

55. Hamilton ajuizou ação cominatória no âmbito da qual postula que seu vizinho se abstenha de realizar ensaios musicais depois das 22 horas. Pugnou pela concessão de liminar mas deixou de atribuir valor à causa e não requereu a fixação de multa para o caso de descumprimento. O Juiz deverá

- (A) em um primeiro momento, determinar a emenda da petição inicial, no prazo de 10 dias, a fim de possibilitar que o autor atribua valor à causa, e, depois da emenda, se deferir o pedido de liminar, fixar multa para o caso de descumprimento, independentemente de pedido da parte.
- (B) em um primeiro momento, determinar a emenda da petição inicial, no prazo de 10 dias, a fim de possibilitar que o autor atribua valor à causa e formule pedido de multa cominatória, a qual não pode ser fixada de ofício.
- (C) indeferir de plano a petição inicial, por ausência de uma das condições da ação, julgando extinto o processo sem julgamento de mérito.
- (D) em um primeiro momento, determinar a emenda da petição inicial, no prazo de 5 dias, a fim de possibilitar que o autor atribua valor à causa e formule pedido de multa cominatória, a qual não pode ser fixada de ofício.
- (E) em um primeiro momento, determinar a emenda da petição inicial, no prazo de 5 dias, a fim de possibilitar que o autor atribua valor à causa, e, depois da emenda, se deferir o pedido de liminar, fixar multa para o caso de descumprimento, independentemente de pedido da parte.



56. Os prazos para a parte contestar e apresentar exceção de incompetência, e os do serventário para encaminhar os autos à conclusão e executar as determinações do juiz são, respectivamente, de:
- (A) 15 dias, 15 dias, 48 horas e 24 horas.
  - (B) 10 dias, 10 dias, 48 horas e 48 horas.
  - (C) 15 dias, 10 dias, 24 horas e 24 horas.
  - (D) 15 dias, 15 dias, 24 horas e 48 horas.
  - (E) 10 dias, 10 dias, 48 horas e 24 horas.

---

#### Direito Previdenciário

57. Quanto à relação entre empresas estatais e as respectivas entidades de previdência complementar, a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios
- (A) será, no mínimo, igual à do participante.
  - (B) será, no máximo, o dobro da do participante.
  - (C) em hipótese alguma, excederá a do participante.
  - (D) deverá obedecer aos limites fixados por lei complementar da respectiva entidade federativa.
  - (E) em hipótese alguma, excederá o volume da contribuição do participante ao regime público.

58. É segurado obrigatório, no Regime Geral da Previdência Social, como empregado:
- (A) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
  - (B) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
  - (C) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, excluídos quaisquer diretores.
  - (D) o servidor público ocupante de cargo em comissão, com vínculo efetivo com a União, autarquias e fundações públicas federais.
  - (E) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

59. Podem ser patrocinadores de planos de previdência complementar operados por entidades fechadas:
- (A) empresas ou grupos de empresas, relativamente a seus empregados, excluídos seus diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes não subordinados.
  - (B) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, quanto aos respectivos servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo.
  - (C) pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, relativamente a seus associados ou membros.
  - (D) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas contratantes de prestadores de serviços em número superior ao fixado pelo órgão regulador e fiscalizador.
  - (E) as sociedades seguradoras, desde que autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida.

60. Integra o salário-de-contribuição, devendo incidir contribuições previdenciárias:
- (A) o auxílio-doença e o auxílio-acidente pagos pela Previdência Social a empregados, nos termos e limites legais.
  - (B) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
  - (C) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.
  - (D) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.
  - (E) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, quando este direito não seja extensivo à totalidade dos empregados.

**PROVA DISCURSIVA**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo IX, item 8, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que, na Folha de Resposta Definitiva:

- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

**QUESTÃO 1**

*Na reclamação trabalhista "X", a empresa "A" foi condenada em diversas verbas trabalhistas bem como em 30% de honorários advocatícios, sob o fundamento de que a reclamante é pessoa pobre beneficiária da justiça gratuita, sendo devida a verba honorária independentemente da assistência do sindicato da categoria. Inconformada a empresa reclamada interpôs recurso ordinário. O Tribunal Regional do Trabalho competente reformou a sentença, mas manteve a condenação nos honorários advocatícios.*

Neste caso, responda justificadamente qual o recurso cabível em face da decisão que manteve a condenação nos honorários advocatícios e quais os fundamentos legais e jurisprudenciais que justificam a reforma do acórdão.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 2**

*Kátia ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "B" requerendo o reconhecimento do dano moral configurado no fato de seu superior hierárquico a ter constrangido, durante três meses, a revista íntima, tendo a reclamante que se despir para o mesmo. A reclamação trabalhista foi julgada improcedente por falta de provas e Katia interpôs Recurso Ordinário. O Tribunal Regional do Trabalho competente conheceu do recurso mas lhe negou provimento. O acórdão proferido em sede de Recurso Ordinário transitou em julgado no dia 30 de Maio de 2012. Em Novembro de 2013, Simone, ex-colega de trabalho, entregou para Kátia, várias fotografias das revistas íntimas que eram realizadas, fotos estas que não teve, na época, coragem de revelar com medo de perder o emprego.*

Neste caso responda, fundamentadamente qual a medida judicial que Kátia poderá ajuizar, indicando a natureza jurídica, os pressupostos e requisitos para a propositura, bem como o respectivo embasamento legal.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	